

A (RE)CENTRALIDADE DO TRABALHO E A DINÂMICA TERRITORIAL CAPITALISTA: A VINGANÇA DE TAYLOR NO OESTE DO PARANÁ

Marcelo Dornelis Carvalho

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Mal. C. Rondon

mdcarvalho@hotmail.com

Resumo:

As teses sobre o fim da centralidade do trabalho podem ser identificadas como exemplos da ideologia que prega o aniquilamento do espaço pela temporalidade capitalista, que desdobram-se na insignifância dos lugares, pois forçou uma compreensão universal e absoluto para processos contraditórios, negligenciando a mobilidade territorial do capital, que recriou formas tradicionais de exploração do trabalho fabril, como no espetacular crescimento da produção chinesa, assentada de forma geral em formas intensivas de utilização da mão de obra, mas também no Oeste do Paraná com o grande incremento do trabalho nos abatedouros de aves.

O desenvolvimento desigual é portanto onexo explicativo fundamental para compreender a mobilidade territorial do capital, criador de formas complexas e heterogêneas da territorialidade do trabalho: precário, flexível, tecnificado, qualificado, escravo, enfim formas diversas de inserção e de utilização da força de trabalho para criação e realização de valor, capturadas pelo sistema sócio-metabólico do capital através da extração da mais-valia.

Portanto o território é um trunfo fundamental para a exploração do trabalho, como componente da luta de classes facilita a mobilidade do capital, criando a sensação de que as empresas (e os empregos) podem se deslocar a qualquer momento - retórica bastante utilizada para justificar a necessidade de conformação dos trabalhadores às condições de trabalho das empresas.

Na última década o crescimento do emprego fabril na região oeste do Paraná é intensa, assentada tanto em empresas privadas como em cooperativas agroindustriais, sendo o trabalho realizado no interior das fábricas marcadamente taylorizado, com a rotinização/parcelamento das atividades e efeitos nocivos à saúde do trabalhador com o aumento generalizado das doenças ocupacionais.

Palavras-chaves: Trabalho, emprego, indústria, desenvolvimento, território.

Introdução

No artigo em apreço pretendemos trazer alguns pontos importantes

sobre a pesquisa que desenvolvemos a respeito da expansão do trabalho fabril na região Oeste do Paraná.

Inicialmente apresentaremos o debate sobre a centralidade do trabalho, que durante a década de 1980 e 1990 foi alvo de questionamentos quanto à sua efetividade, já que neste período houve um decréscimo acentuado nas áreas industrializadas dos países desenvolvidos, resultado direto das novas formas de gestão da produção, com aumento da produtividade e ampliação da tecnificação, além da mundialização do capital com os deslocamentos das unidades fabris para além dos países desenvolvidos.

Esse é um debate importante, pois serviu para explicar as posturas defensivas e conciliatórias dos sindicatos reformistas – notadamente europeus – servindo para pressionar os trabalhadores a aceitarem a nova conjuntura do mercado de trabalho internacionalizado.

Esse é talvez um dos exemplos mais recentes da ideologia que prega o aniquilamento do espaço pelo tempo, da insignifância dos lugares, pois forçou uma compreensão de lei universal para processos locais, negligenciando a mobilidade territorial do capital, que recriou formas tradicionais de exploração do trabalho fabril, como no espetacular crescimento da produção chinesa, assentada de forma geral nas formas intensivas de utilização da mão de obra.

O desenvolvimento desigual é o nexó explicativo fundamental para a compreensão da mobilidade territorial do capital, criador de formas complexas e heterogêneas da territorialidade do trabalho: precário, flexível, tecnificado, qualificado, escravo, enfim formas diversas de inserção e de utilização da força de trabalho para criação e realização de valor, capturadas pelo sistema sócio-metabólico do capital através da extração da mais-valia.

Portanto o território é um trunfo fundamental para a exploração do trabalho. Como componente da luta de classes facilita a mobilidade do

capital, criando a sensação de que as empresas (e os empregos) podem se deslocar a qualquer momento - retórica bastante utilizada para justificar a necessidade de conformação dos trabalhadores às condições de trabalho das empresas.

Na seqüência do texto apresentaremos uma breve caracterização da expansão do trabalho fabril no Oeste do Paraná, com destaque para alguns municípios que apresentaram altas taxas de crescimento do emprego industrial a partir do novo século.

O debate sobre a centralidade do trabalho e a territorialização de novos locais de produção.

A derrocada do regime soviético no começo da década de 90 favoreceu as concepções que apostavam na perda da centralidade política dos trabalhadores, pois diversos movimentos de esquerda mantinham, apesar de nem sempre concordarem com isso, uma íntima identificação do projeto socialista que propunham, com o paradigma do socialismo soviético.

Tais polêmicas inscrevem-se não somente no plano teórico-conceitual, mas também nas alternativas políticas que se colocam para o enfrentamento das classes, ou seja, a definição das novas determinações do mundo do trabalho estão no bojo da constituição de práticas e projetos políticos do movimento sindical que, estando no centro da polêmica, são convocados a repensarem suas ações. Sob quais bases este repensar coloca-se, é uma das questões centrais, pois as ações do movimento sindical dependem da análise que se faz dos desafios e até mesmo a consciência de quais desafios estão postos.

Neste sentido, as afirmações que apontam para uma nova sociabilidade, não mais fundamentada no trabalho, destacam como sintomas desta suposta crise terminal do trabalho, o crescente processo de precarização das relações de trabalho, com aumento significativo da parcela da população

que não possui perspectivas de emprego estável (aumento do subemprego, emprego parcial e desproletarização do trabalho industrial e conseqüente aumento do emprego no setor terciário), a materialidade atingida da classe trabalhadora estaria fomentando também transformações profundas na subjetividade dos trabalhadores, principalmente com as novas formas de gestão e controle do trabalho (Círculos de Controle de Qualidade, gestão participativa, etc.).

Os significados e a ética do trabalho, para os próprios trabalhadores, estariam sofrendo um questionamento quanto à centralidade e validade na medida em que o trabalho deixa de ser um referencial para a construção da identidade social e pessoal. Essa descentralização do trabalho face às outras dimensões da vida, é apresentada como decorrência da desnormatização do trabalho já que a obrigatoriedade do emprego estaria paulatinamente diminuindo sua importância, sobrevivendo quando muito enquanto valor moral.

A racionalização técnica estaria levando à uma desumanização do trabalho, cujo significado mais explícito é a “indiferença” do capital para a exploração do trabalhador, além disso, haveria uma desagregação das esferas da vida pessoal e profissional em que a continuidade da profissão é mais exceção do que regra, e estaríamos caminhando para uma destruição das carreiras profissionais.

Em virtude do momento histórico, vários autores incluíram entre os elementos para sua argumentação a “não-validade” institucional do trabalho para viver, já que o *welfare state* em seu apogeu apontava para outras formas de sobrevivência sem a necessidade do emprego, mas, conforme tivemos oportunidade de verificar acima, a crise do *welfare state* encaminhou-se para o “retorno” da necessidade do emprego para os europeus.

Por fim, o Exército Industrial de Reserva não se constituiria mais em mecanismo de ajuste macroeconômico, já que o momento era o do “pleno

emprego”, ou seja, o desemprego mantido em taxas baixas, teria superado o problema do emprego (ou da falta dele).

A emergência de categorias como modo de vida e cotidiano que caracterizariam um novo subjetivismo sociológico, implica considerar tais categorias como importantes para a análise, extrapolando a antiga racionalidade versada na contradição capital x trabalho.

Em que pese as seguidas contra-argumentações sobre o fim da centralidade do trabalho, exposta por autores como Ricardo Antunes, István Mészáros, Edmundo Fernandes Dias, Osvaldo Coggiola, é importante salientar que as informações empíricas que levantamos em nossa pesquisa, conforme veremos adiante, corroboram que o trabalho capitalista continua sendo o elemento central da acumulação capitalista, e aparece na região com um forte incremento, principalmente na forma clássica do emprego fabril, com o trabalho rotinizado e intensivo.

Antes de apresentarmos as informações levantadas é fundamental compreendermos de forma geral a dinâmica territorial do capital, que engendra a própria dinâmica territorial do trabalho.

A dinâmica territorial capitalista e o trabalho

O quadro do mercado de trabalho local revela em parte as estratégias do capital, que se evidenciam na busca por melhores condições de acumulação, ampliando as alternativas de exploração do trabalho e uso do território. Na medida em que os esforços locais para atração de investimentos e de desenvolvimento permitem essa ampliação de alternativas, inclusive com participação das entidades de representação dos trabalhadores nos diversos fóruns e negociações tripartites locais, regionais ou nacionais. Isso é particularmente percebido nos municípios do interior do Brasil, em que a estagnação econômica é marcante, aparecendo os investimentos, que invariavelmente se apresentam como portadores da modernidade capitalista,

protagonistas do desenvolvimento econômico e social, mas que podem ser interpretados como a oportunização do avanço capitalista a partir dos escombros da pauperização intencional de amplos territórios.

A internalização das transformações globais do capitalismo (neoliberalismo e reestruturação produtiva principalmente) ocorreu de forma a explorar as “vantagens comparativas” do mercado de trabalho brasileiro, de mão de obra barata e relativamente qualificada, muito embora o discurso dominante a partir de então tenha frisado a necessidade de flexibilização dos direitos trabalhistas (eufemismo para precarização das relações de trabalho) e qualificação dos trabalhadores.

Essas características acentuaram a desigualdade de renda e a precarização do trabalho, com elevação do desemprego, aumento da informalidade e incremento da insegurança no emprego, como resultado da combinação de aspectos da reestruturação produtiva (terceirização, subcontratação, *downsizing*), do baixo crescimento econômico e do paradigma cada vez mais evidente da acumulação por espoliação (HARVEY: 2004), referenciando-se no modelo chinês e indiano de relações de trabalho.

O mercado de trabalho é pois entendido no plano da circulação do capital, e a taxa de desemprego como a insuficiência de integração apresentada pelo capital quanto à totalidade da força de trabalho, que compõe as variáveis de “equilíbrio” do preço da força de trabalho. Essa tendência inexorável do capital reproduz continuamente a condição do desemprego, pois é através dele que o capital ao buscar o aumento da produtividade do trabalho realiza simultaneamente a regulação do mercado de trabalho. Determinações estruturais da acumulação capitalista e da luta de classes que, portanto, atuam nas condições gerais do mercado de trabalho capitalista.

Estudar a articulação entre as formas conjunturais de acumulação capitalista e o caráter estrutural da crise de superacumulação (que enseja a busca por novos territórios de acumulação e exploração), está no âmbito mais

amplo de nossas preocupações, e o crescimento do emprego formal em Marechal Cândido Rondon - maior do que a média do crescimento no Brasil - indica, de forma bastante tímida é verdade, algumas tendências da realocação do capital, o que inclui o município no rol de locais atrativos para a expansão capitalista.

É portanto uma tarefa de longo prazo entender como é a incorporação de determinados lugares à essa rede do dinamismo acumulativo do capital, que promove a marginalização de outros lugares ou mantém à margem outros lugares.

Desta forma a divisão territorial do trabalho ensejada pelo capital está articulada tanto à necessidade expansiva do capital, quanto à geografia própria do capital, isso significa que ao expandir reproduz as desigualdades espaciais, com valorização em alguns lugares e desvalorização em outros. À medida que a saturação do mercado e o excesso de acumulação aumentam o capital precisa encontrar mecanismos de garantir a reprodução ampliada, seja através da valorização produtiva, seja pela reprodução virtual do capital financeiro. Assim as estratégias de deslocamento temporal e espacial como alternativas à crise de superacumulação marcam a geografia do capitalismo, cujas tendências de igualização e diferenciação ensejam a divisão territorial do trabalho, conforme SMITH:

Necessidade de acumulação do capital leva a uma franca expansão geográfica da sociedade capitalista, conduzida pelo capital produtivo. A mobilidade do capital circulante durante surtos de desvalorização rápida torna-se um meio não para a igualização geográfica, mas uma diferenciação sobre a qual a sobrevivência do capital é firmada (SMITH, 1988, p. 188).

O papel dos investimentos produtivos na reordenação global do capital já foi apresentada por CHESNAIS (1996), o que nos interessa por ora

é compreendermos que a mobilidade territorial do capital acontece sob a necessidade de adequação dos territórios em suas várias escalas aos propósitos dos capitais investidores, isso algumas vezes pode parecer como uma tendência à liquidação dos próprios Estados nacionais, mas sua função é ainda fundamental para a gestão do capitalismo (MÉSZÁROS: 2002).

A adequação destes territórios nacionais é facilmente identificada nos programas de ajustes patrocinados pelas entidades internacionais de gestão do capital, cuja cantilena incansável prega a necessidade de reformas estruturais nas relações econômicas, mas que revelam o objetivo de ampliar a competição entre os lugares para atraírem o capital. Desta forma as grandes corporações buscam de forma geral a redução substancial dos custos de produção, escolhendo entre as alternativas possíveis a combinação de mão de obra barata e “dócil”, frágil legislação trabalhista e ambiental, além de requerer dos trabalhadores a formação profissional adequada para a exploração do capital, que implica tanto em habilitações técnicas, quanto num comportamento produtivo adequado.

O desenvolvimento desigual do capitalismo promove a transformação na composição orgânica do capital, reciclando o avanço tecnológico anterior. Essa desigualdade se revela como um processo diferenciado de avanços regulatórios e tecnológicos no processo produtivo em determinados locais, com características inovadoras no processo produtivo e expansão do padrão tecnológico para outros locais.

Essa geografia é própria do capital, pois é uma das estratégias para a absorção do excedente de capital produzido no ciclo de reprodução ampliada, não está separada da gestão territorial realizada pelos Estados nacionais, já que o desenvolvimento pleno de regiões antes “atrasadas” podem significar a instabilidade de regiões desenvolvidas ou mesmo um acirramento global das contradições do capital, pois a expansão territorial da produção intensifica a superacumulação decorrente dela.

Como desdobramento desta “lógica locacional” os trabalhadores são convocados a se adaptarem, seja através dos deslocamentos individuais na busca dos empregos, seja quanto aos próprios impactos dessa reorganização territorial para as organizações coletivas dos trabalhadores.

A dinâmica territorial do capital possibilitada em sua TDR fragmenta as etapas do processo produtivo, escolhendo os lugares que lhe são convenientes para a acumulação, com impactos cada vez mais planetários sobre o conjunto dos trabalhadores¹

A divisão territorial do trabalho é ensejada pelo capital, com a especialização produtiva em determinadas regiões, com isso promovendo sinergias para a acumulação capitalista, isto se traduz na configuração de regiões especializadas, atualmente conhecidas como Arranjos Produtivos Locais, que nada mais são do que a concentração espacial de setores específicos de produção que com isso garantem a economia de escala típica da formação espacial capitalista, com o agravante de que essa especialização é baseada na pequena e média empresa, tradicionalmente com piores condições de trabalho do que as grandes empresas.

Porém, essa maior liberdade de circulação do capital potencializa sua lógica irracional em nível mundial, já que esse processo de intensificação de trocas comerciais entre os países, que vem acompanhada de aumento dos investimentos estrangeiros pelo mundo, assim como um ritmo alucinante de trocas financeiras pelo globo, promove uma acelerada incorporação de capacidade produtiva, remodelando a produção das grandes corporações e intensificando o processo de concentração de capitais e de superprodução mundial.

A desvalorização da força de trabalho implícita no aumento do desemprego e na própria precarização do emprego contribui para a maior complexificação do mundo do trabalho, concomitante à queda da participação relativa do emprego industrial.

O complexo de reestruturação produtiva impulsionou a diminuição relativa da classe operária industrial, instalada no núcleo central do complexo produtor de mercadorias. À medida que ela diminuiu, incorporou novas qualificações, integrando-se mais, sob a lógica do toyotismo, à organização da produção capitalista (o que contrasta com sua propagação precária pelas bordas do complexo produtor de mercadorias). (ALVES: 2000, p. 66)

Essa desvalorização é possível com o progresso técnico, que provoca usos renovados da força de trabalho, assim como a reaparição de formas “tradicionais” de desuso (desemprego), desta forma, é necessário um questionamento sobre a qualificação como realocação da força de trabalho para intensificação de seu uso, já que a qualificação não é expansível a todas às “novas” atividades do mundo do trabalho.

Embora isso possa ser válido quando se analisa genericamente a dinâmica do mercado de trabalho é importante salientar que esse processo é espacialmente diferenciado, com incremento e diminuição ocorrendo simultaneamente em vários lugares, o que de alguma forma pode caracterizar um deslocamento territorial e setorial do proletariado industrial.

A operacionalidade da divisão internacional do trabalho perpassa o desenvolvimento contraditório do capitalismo, em que o dinamismo tecnológico da acumulação capitalista e a luta de classes condicionam a taxa de lucro, combinando a mais valia relativa e a mais valia absoluta, fazendo com que em algumas áreas a exploração do trabalho aconteça com o uso mais ou menos intenso da tecnologia e das formas “clássicas” de superexploração do trabalho.

O avanço tecnológico no setor de transportes e principalmente no setor de troca de informações, permitiu maior fluidez ao capital, deslocando-se rapidamente e em escala mais ampliada do que há um século atrás por

exemplo. Isso intensifica as transformações espaciais pelo planeta, levando em seu bojo também a formação de territórios adequados à essa expansão, o que corresponde entre outras coisas à formação de mão de obra e a criação de marcos institucionais que assegurem a liberdade de intercâmbio.

É fundamental compreendermos essas mudanças em sua totalidade, que articula as diversas dimensões da vida, não se tratam de transformações que obedecem cegamente às determinações econômicas próprias do capitalismo, mas têm, por exemplo, na esfera política a confirmação e a base para sua implementação, como pudemos observar com a hegemonia do pensamento neoliberal nas instituições multilaterais, promotoras de ajustes nas políticas econômicas de vários países, principalmente naqueles que se apresentam de forma subordinada na estrutura do poder internacional.

A articulação dos elementos particulares da região ou município com os elementos da totalidade capitalista configuram o espaço, produzindo territórios e territorialidades diferenciadas, que não podem ser interpretadas como desenvolvimentos locais autônomos se as relações sociais estão mediadas pelos princípios da acumulação capitalista.

Na escala global como afirma SMITH a determinação igualizante é a expansão da relação de trabalho assalariada, que de forma mais recente são observáveis na China e Índia, mas que é marcante também no território brasileiro com a interiorização do desenvolvimento capitalista.

Quanto às determinações diferenciais o autor menciona a própria diferenciação no valor da força de trabalho, que por sua vez são definidas por um conjunto de relações sociais, não se resumindo às definições econômicas; a composição orgânica do capital nas diferentes áreas do planeta; a divisão internacional do trabalho.

Assim, antigos territórios produtivos são relegados a segundo plano, ao passo que novos territórios produtivos são incorporados à produção geral, lembrando que podemos vislumbrar diferentes níveis de produção,

relacionadas à quantidade, à tecnologia empregada e às formas de exploração do trabalho, ou seja, a expansão ocorre tanto com a incorporação de territórios “não-capitalistas” como na intensificação/transformação das relações capitalistas de produção em territórios já incorporados.

Uma das questões cruciais da dinâmica territorial capitalista contemporânea é descobrir se a expansão capitalista através da totalidade intensiva chegou ao seu limite, ou se a sociedade suporta a elevação das contradições do capitalismo desenvolvido para a escala planetária.

Se a forma espacial do desenvolvimento capitalista é simultaneamente equalizante e desigual, é preciso atentar para os seus significados quanto à divisão territorial do trabalho e os processos de regionalização capitalista.

Nas diferentes escalas o capital em processo é hegemônico no engendramento das condições para sua reprodução ampliada. A própria mundialização do capital é parte de um processo totalitário, que inclui a construção da ordem política internacional adequada, ora recorrendo à força bruta (Iraque, Afeganistão e Sérvia servem como exemplos), ora utilizando-se dos instrumentos de coerção econômico-financeiro (OMC, FMI e Banco Mundial na escala global).

Também na escala intranacional é possível vislumbrarmos a consolidação deste processo, que se materializa no Brasil através da guerra fiscal estadual e municipal, e num nível de estranhamento operário avançado com a participação dos próprios sindicatos nas formulações de políticas para a adequação de novos territórios produtivos.

A despeito do incremento na produtividade do trabalho que a reestruturação produtiva enseja, aumentando a precarização e o desemprego do trabalho fabril, observamos que esse processo não é unívoco, já que na região oeste do Paraná o emprego fabril sofre grande aumento a partir do início desta década, tendo como corolário a intensificação da modernização agroindustrial, em que ao binômio soja-milho é acrescentado a criação e

consolidação da cadeia avícola.

A ampliação do Exército Industrial de Reserva parece ocorrer com a incorporação de trabalhadores originários do campo, como indicam as estatísticas da população rural produzidas pelo Censo Demográfico e Contagem da População. Isso representa uma situação típica do desenvolvimento capitalista, com a separação do trabalhador das condições de sua reprodução, obrigando sua inserção no mercado de trabalho para provê-lo do sustento. No Brasil a formação do Exército Industrial de Reserva ocorreu de forma semelhante, porém simultaneamente ocorreu a concentração da indústria nas regiões metropolitanas durante as décadas de 1950 a 1970.

Os efeitos superficialmente analisados da diminuição da população rural são um corolário do modelo de desenvolvimento agrário existente no Brasil, e que no Oeste Paranaense são ainda sentidos como uma ofensiva às pequenas propriedades rurais, ainda predominantes no modelo de ocupação implementados pelas companhias imobiliárias nas décadas de 1950 e 1960.

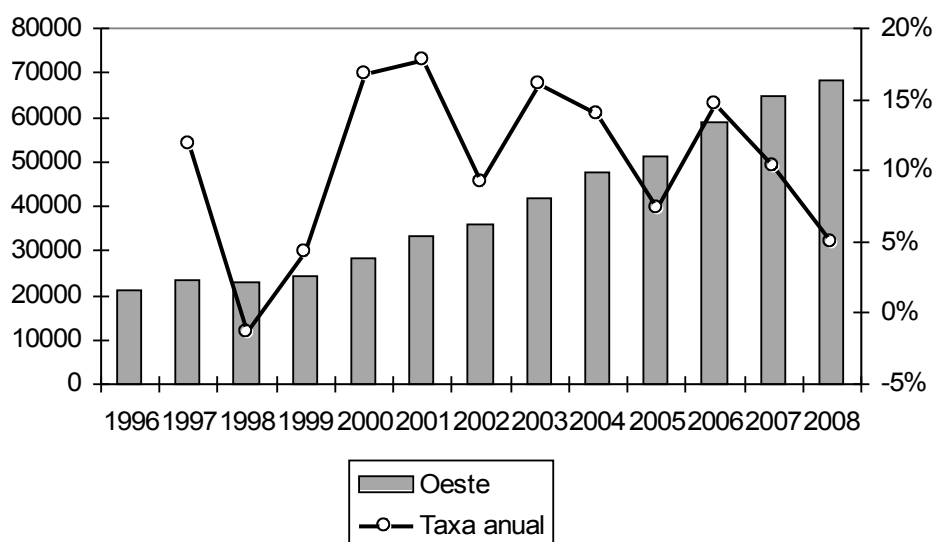
A evolução na última década pode indicar um processo semelhante ao que aconteceu em outras regiões brasileiras, com a diminuição significativa da população rural, pois conforme os dados da Contagem da População 2007 do IBGE a proporção de habitantes no campo caiu de 23,8% para 20,4% em Marechal Cândido Rondon, queda inclusive em números absolutos. Isso deve resultar numa elevação das categorias do trabalho assalariado, ampliando o mercado de trabalho com as conseqüências previsíveis quanto às dificuldades de criação de empregos e inserção dos trabalhadores originários do campo na cidade.

Esse efeito tardio da modernização agrícola em Marechal Cândido Rondon merece ser estudado com mais profundidade, pois a despeito dessa modernização ocorrer desde a década de 1980 somente neste século XXI é que há o aparente esgotamento do modelo familiar de exploração agrícola baseada na unidade espacial da moradia com a produção.

A dinâmica territorial do emprego fabril no oeste paranaense

Segundo os dados da RAIS o emprego industrial tem apresentado um crescimento contínuo desde 2002 (Figura 1), com taxas próximas a dez pontos percentuais ao ano, o que é um incremento considerável, atingindo em 2006 o montante de 58.778 empregados, sendo a 3^a. maior região industrial do estado do Paraná, representando 11% do emprego industrial paranaense.

Figura 1 - Evolução do emprego formal industrial no Oeste do Paraná



Fonte:

IPARDES, Base de Dados do Estado, acesso em 05/03/2008. A partir de dados da RAIS.

Esse aumento considerável do emprego industrial na região como um todo foi proporcionalmente maior do que o aumento geral do emprego formal, resultando na ampliação da participação do emprego fabril no total do emprego formal para mais de 25%, ultrapassando a média estadual de 23,9%.

Essas informações revelam a região Oeste do Paraná como uma das fronteiras do emprego fabril, incorporando trabalhadores, que pelas entrevistas realizadas com alguns trabalhadores, são provenientes em grande

medida da zona rural, mas também de setores informais da economia urbana.

O crescimento do emprego industrial foi intenso em alguns subsetores, com destaque para a Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos e Indústria Química, que aumentaram em mais de 400% o estoque de empregos formais desde 1996. Lembrando que até pela tradição agropecuária da região, a presença majoritária é da Indústria Alimentícia, que teve o maior incremento em números absolutos do período, concentrando em 2006 mais da metade do emprego formal industrial.

Embora o emprego industrial esteja fortemente concentrado em alguns municípios do Oeste Paranaense (Toledo e Cascavel), notamos que nos últimos anos tem ocorrido maior difusão, espalhando-se para outros municípios de forma bastante intensa, resultado da instalação de diversos frigoríficos de aves nestes municípios (Marechal Cândido Rondon, Palotina, Cafelândia e Medianeira), destaque também para Terra Roxa em que o incremento do emprego industrial deve-se a consolidação do APL moda bebê, tornando o município o segundo maior empregador da região na Indústria do Vestuário.

A análise parcial dos dados permite-nos vislumbrar que há uma forte expansão do trabalho assalariado no Oeste do Paraná, assentado no incremento do emprego industrial, de forte vinculação com o agronegócio, que articula desde a Indústria de equipamentos para aviários em Cascavel até os frigoríficos de aves, passando pelas indústrias processadores de soja, milho para ração, suinocultura e outras.

Essa expansão da produção tem como destino final tanto a venda para grandes centros urbanos do país como também para a exportação, intensificando o modelo de inserção na região na divisão territorial do trabalho, que desde a década de 1970, através da modernização agrícola, remodelou a paisagem econômica e social da região, em alguns casos, como em Marechal Cândido Rondon, provocando uma migração *tardia* para a

cidade, através da desapropriação dos pequenos produtores e ampliando o exército de reserva industrial local.

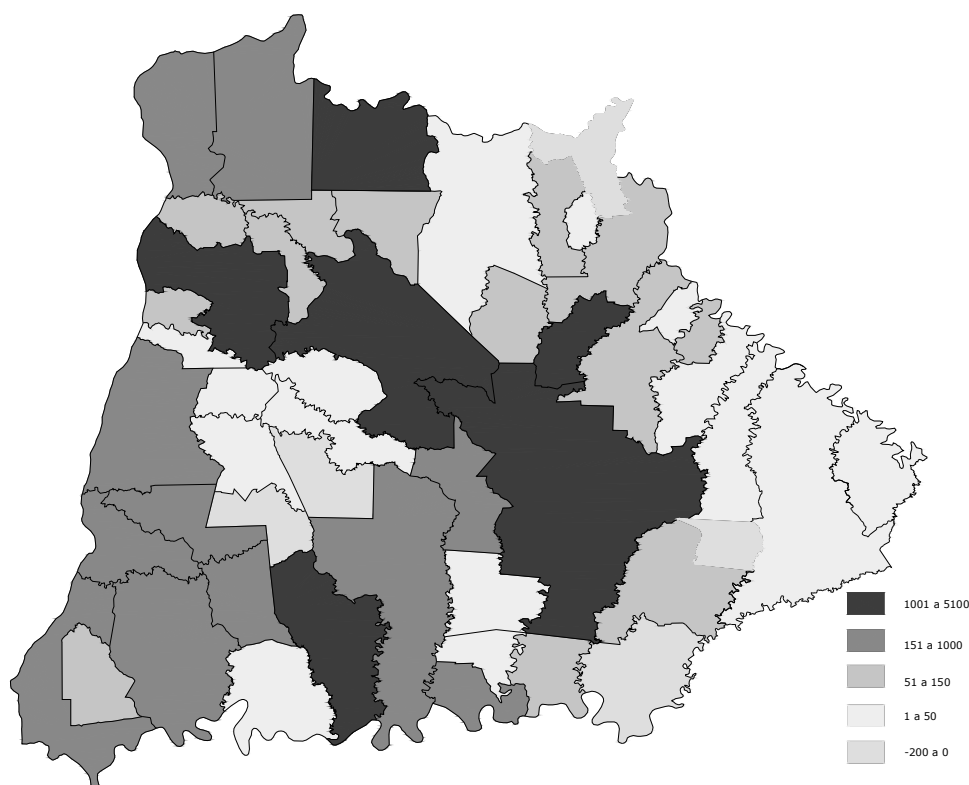
Cabe salientar que esse incremento do emprego industrial na região Oeste não é fenômeno isolado no contexto nacional, pois diversas outras regiões do interior brasileiro assistiram nas últimas duas décadas o aumento de sua participação no PIB industrial, capitaneados pela expansão da agroindústria.

Não podemos afirmar categoricamente que se trata de industrialização decorrente da deslocalização das indústrias, pois aparentemente acompanham o crescimento da indústria nacional, embora em alguns casos sejam políticas deliberadas do Estado na instalação de empresas industriais nos municípios, ou através de formas institucionais mais elaboradas, como são os casos dos APLs (Arranjos Produtivos Locais). Será necessária uma extensa pesquisa de campo para identificar a origem do capital industrial presente no Oeste do Paraná nos últimos anos.

Independente dessa informação o que nos interessa no momento é debatermos como esse processo de industrialização territorializa-se, principalmente quanto às relações de trabalho e os seus efeitos para o movimento sindical regional, que serão alvo das próximas etapas da pesquisa.

O aumento do emprego formal industrial no período foi também desigual internamente à região (Mapa 1), concentrando-se em alguns municípios, principalmente Toledo, Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Matelândia e Cafelândia, que concentraram 73% do incremento de emprego industrial da região. Portanto o crescimento do emprego industrial é basicamente localizado nestes municípios, que em alguns casos são municípios de pequena população, e a proporção que o emprego industrial assume no total do emprego formal alcança números significativos (Matelândia – 60,7% e Cafelândia – 56,5% em 2006)

Mapa 1 – Crescimento do emprego industrial no Oeste do Paraná 2000-2006



Fonte dos dados: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS

Questões importantes suscitam esse incremento forte do emprego industrial nestes municípios, pois a territorialização dessas atividades necessitam de algumas características forjadas no processo histórico de formação dessas municípios, assim como estímulos do Estado em suas várias escalas e mobilização da força de trabalho, seja concentrando-a nas cidades, seja qualificando-as técnica e comportamentalmente quando for necessário.

Nesse sentido um passo importante da pesquisa era verificar a reação dos sindicatos diante desse forte crescimento do emprego industrial formal, base fundamental para a atuação dos sindicatos legalistas, no entanto, o que podemos evidenciar até o momento é a disputa territorial existente entre os Sindicatos de Trabalhadores na Indústria Alimentícia e o Sindicato de Trabalhadores em Cooperativas, que resultou na divisão dos trabalhadores

sem que esses tivessem influência nessa decisão, já que a definição coube à Justiça do Trabalho.

Considerações Finais

O capitalismo apresenta uma dinâmica territorial que constantemente transforma relações sociais em diferentes lugares, adequando-os às suas necessidades expansivas. Essa necessidade/capacidade no capitalismo que nos permite vislumbrarmos a sua espacialidade como uma dinâmica territorial que engendram a formação de “consensos” locais, construindo legitimidades para suas ações de adequação aos investimentos. Territorial porque permite lermos essa realidade a partir também das contradições e resistências que procuram articular alternativas paliativas ou estruturais à força destrutiva do capital.

Levanta-se a questão da capacidade de aglutinação absolutizante do capital sobre as estruturas sociais, mesmo quando estão locadas marginalmente aos contextos dinâmicos, como nas cidades interioranas. Sobretudo se levamos em consideração a manutenção e reprodução concomitante aos paradigmas “pós-modernos” da produção capitalista as evidências de trabalho escravo, como exemplo radical da superexploração do trabalho. Evidentemente que se tratam de manifestações de um mesmo sistema de produção/reprodução social baseado na acumulação do valor.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Giovanni **O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo** São Paulo/SP: Boitempo, 2000 (1ª edição).
- ANTUNES, Ricardo **Os sentidos do trabalho** São Paulo/SP: Boitempo, 1999. (1ª edição);
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo/SP: Cortez, 1995.
- BERNARDO, João **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores** São Paulo/SP: Boitempo, 2000. (1ª edição);
- BIHR, Alain **Da grande noite à alternativa** São Paulo/SP: Boitempo, 1999. (2ª edição);

- CARVALHAL, Terezinha Brumatti **Gênero e classe nos sindicatos**. Presidente Prudente/SP: Projeto Editorial Centelha, 1994. 9 (1ª edição);
- CHESNAIS, François **A mundialização do capital** São Paulo/SP: Xamã, 1996. (1ª edição);
- DIAS, Edmundo Fernandes **A liberdade (im)possível na ordem do capital. Reestruturação produtiva e passivização**. Campinas/SP: UNICAMP, 1999 (Textos didáticos n. 29) (2ª edição revista e ampliada);
- DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo/SP: DIEESE, 2002.
- HARVEY, David **Condição pós-moderna** São Paulo: Loyola, 1999;
- HARVEY, David **O novo imperialismo** São Paulo: Loyola, 2004
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Estado do Paraná**. Curitiba/PR: IPARDES, 2005;
- MÉSZÁROS, István **Para além do capital** São Paulo/SP: Boitempo, 2002. (1ª edição);
- MOREIRA, Ruy. **O círculo e a espiral** Rio de Janeiro/RJ: Cooautor, 1993;
- SMITH, Neil **Desenvolvimento desigual** Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 1988. (1ª edição);
- THOMAZ Jr., Antonio “A (des)ordem societária e territorial do trabalho. (Os limites para a unificação orgânica)”. 2003. (mimeo)

¹ É interessante notar que o problema do desemprego mundial não é decorrente apenas da falta de emprego, mas da própria destruição de formas tradicionais de trabalho decorrentes da expansão capitalista, ou seja, o capital cria sua própria negação com a expansão, provocando a desvalorização da força de trabalho, que é a face transviada de sua crise estrutural, com os trabalhadores expropriados tendo que se empregarem sem que existam empregos para eles.